

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE	19
-----------------------------	-----------

CAPÍTULO I – CONHECIMENTO E TÉCNICAS BÁSICAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	21
--	-----------

1. CONQUISTANDO O CLIENTE: RELACIONAMENTO E CRIAÇÃO DE EMPATIA	23
1.1. A história da Moto Harley-Davidson	24
1.2. O Pequeno Príncipe de Antonie de Saint-Exupéry e a parceria entre advogados e contadores	28
2. CONHECIMENTO TÉCNICO NECESSÁRIO	35
3. DO PROVEITO ECONÔMICO, CUSTAS E DA ESCOLHA DA VIA PROCESSUAL MAIS ADEQUADA: AÇÃO ORDINÁRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA?	38
4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS	44
5. A ILUSÃO DA LEGITIMIDADE: ASSOCIAÇÕES GENÉRICAS E A VENDA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	46
6. A REFORMA TRIBUTÁRIA COMO MOTE DE CONVENCIMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS ...	48

CAPÍTULO II – BASES TEÓRICAS.....	55
1. DEFINIÇÃO DE RECEITA E RENDA	55
2. ENTENDENDO OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO	65
2.1. Simples Nacional.....	67
2.2. Quadro comparativo dos impactos da Reforma Tributária para o Simples Nacional.....	84
2.3. Lucro Presumido.....	85
2.4. Lucro Real	94
SEGUNDA PARTE	103
CAPÍTULO III – TESES CONTEMPORÂNEAS E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	105
1. A “TESE DO SÉCULO”: EXCLUSÃO DO ICMS DAS BASES DE CÁLCULO DO PIS E COFINS	105
1.1. Conceitos do PIS e COFINS e suas bases de cálculo.....	105
1.2. ICMS: Controvérsia acerca da inclusão nas bases de cálculo do PIS e COFINS	108
1.3. Do entendimento firmado pelo STF no RE 574.706/PR em repercussão geral.....	110
1.4. Embargos de declaração no RE 574.706/PR (modulação de efeitos da decisão) e o trâmite das ações individuais.	114
1.5. Um ponto final na “tese do século” e novos horizontes na recuperação de créditos tributários.	117

1.6.	Momento de incidência do IRPJ sobre os créditos reconhecidos de ICMS: trânsito em julgado x homologação da compensação.....	119
1.7.	O retorno da Tese do Século aos Tribunais.....	122
1.8.	Reação arrecadatória à “tese do século” e o cerco ao princípio da não cumulatividade.....	125
1.8.1.	O aproveitamento de créditos do PIS/COFINS sobre o IPI não recuperável nas aquisições para revenda.....	126
1.8.2.	O ICMS como custo de aquisição por ser indissociável do valor da mercadoria e o direito ao creditamento de PIS e COFINS.....	129
1.9.	Exclusão do ICMS-ST da base do PIS e COFINS...	132
1.10.	Exclusão do ICMS DIFAL da base do PIS e da COFINS	139
2.	EXCLUSÃO DO ISS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS.....	141
3.	EXCLUSÃO DO PIS E COFINS DAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO	148
4.	NÃO INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS SOBRE MERCADORIAS BONIFICADAS	152
5.	EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL NO LUCRO PRESUMIDO	157
6.	REDUÇÃO DOS COEFICIENTES DO LUCRO PRESUMIDO PARA SERVIÇOS HOSPITALARES.....	161
6.1.	Posicionamento da Fazenda e mudanças de entendimento do STJ.....	163
6.2.	Aplicação das alíquotas reduzidas a serviços de atenção e assistência à saúde.....	170

6.3.	Cuidados práticos, segregação contábil e riscos fiscais na aplicação dos coeficientes reduzidos ..	172
6.4.	Da possibilidade de redução do Imposto Sobre Serviços – ISS	174
6.5.	Do necessário comparativo entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido	175
7.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ/CSLL NO LUCRO REAL E OS REFLEXOS PARA O PIS E COFINS	179
7.2.	Crédito presumido: conceito	179
7.3.	Posicionamento da Fazenda (Parecer Normativo CST 112/1978 - Solução de Consulta COSIT 438/2017 da RFB).....	181
7.3.	Do entendimento do Superior Tribunal de Justiça	183
7.4.	Lei Complementar Nº 160/17	184
7.5.	Tema 1.182 do STJ	188
7.6.	Lei nº 14.789/2023	189
7.7.	Reflexo para o PIS e COFINS.....	192
8.	EXCLUSÃO DA TUSD E TUST DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS.....	196
8.1.	Da legitimidade do contribuinte de fato (consumidor final).....	196
8.2.	Da polêmica sobre a incidência do ICMS sobre a TUST e TUSD	201
8.3.	Discussão sobre a (não) incidência do ICMS sobre a TUSD na micro e minigeração distribuída	208

9.	INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALÍQUOTAS MAJORADAS DO ICMS PARA ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	212
10.	INCONSTITUCIONALIDADE DE LEGISLAÇÕES ESTADUAIS QUANTO AO ADICIONAL DE ICMS DEVIDO AO FUNCEP	217
11.	INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE A SELIC NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	220
12.	EXCLUSÃO DO LUCRO INFLACIONÁRIO DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL	225
13.	NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS	235
14.	LIMITAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES DE TERCEIROS	242
14.1.	Das contribuições destinadas a terceiros.....	242
14.2.	Da tese da inconstitucionalidade das contribuições de terceiros.....	247
14.3.	Da tese da limitação das contribuições a terceiros ao patamar de 20 salários-mínimos.....	250
15.	EXCLUSÃO DO VALE TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO E PLANO DE SAÚDE COM COPARTICIPAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE TERCEIROS	257
16.	O CONCEITO DE INSUMO E O CRÉDITO DO PIS E CO- FINS SOBRE OS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	262
17.	CRÉDITOS DE PIS E COFINS NO REGIME MONOFÁSICO	271
17.1.	Regime monofásico e não cumulatividade.....	271

17.2.	Alterações trazidas pela Lei do Reporto (Lei Nº 11.033/2004) e o posicionamento do STJ acerca da possibilidade de creditamento	273
18.	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS MONOFÁSICOS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL.....	280
19.	INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO ICMS (DIFAL) NAS OPERAÇÕES AO CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE	285
20.	TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS ENTRE MATRIZ/FILIAL: A INEXISTÊNCIA DO FATO GERADOR DO ICMS – E O PARADOXO DA COBRANÇA INDEVIDA.....	292
21.	INCIDÊNCIA DO ITBI SOBRE O EXCEDENTE NA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.....	295
22.	O ITBI E A CRISE DA LEGALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O VALOR DE MERCADO E A CESSÃO COMO ESTRATÉGIAS DE ARRECADAÇÃO.....	299
22.1.	Valor de mercado como base de cálculo do ITBI.....	300
22.2.	Cessão de direitos como hipótese de incidência do ITBI.....	302
23.	CRÉDITOS DE IPI NA ENTRADA DE PRODUTOS ORIUNDOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS	305
24.	ISENÇÃO DE PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS POR EMPRESAS SEDIADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS	308
25.	TESES TRIBUTÁRIAS PAUTADAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025: TEMAS EM EVIDÊNCIA NO STJ.....	312